

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 21

CORREIO DO POVO DO PARANÁ - PR - TECNOLOGIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entenda como funciona o leilão da Receita Federal para eletrônicos 3

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba quem deve pedir revisão do benefício ao INSS em 2022 5

PORTAL R7 - NACIONAL - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA
SEGURIDADE SOCIAL

1º parcela do 13º salário será paga até o dia 30; veja quem tem direito 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PEC: presidente faz aceno para servidores 8

AGORA - SÃO PAULO - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

PEC dos Precatórios pode atrasar grana 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Demanda de servidor pode ser atendida por PEC dos Precatórios 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Gastar melhor e investir mais - RAUL VELLOSO 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Modernidade no serviço público - ANA CARLA ABRÃO 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Servidor tem até dia 20 para decidir seu IR - SERVIDOR 15

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

CAS debaterá direito à saúde no contexto da reforma tributária 16

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redescobrimo a importância da indústria (Artigo) 17

O POPULAR - GO - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

121 cidades não bancam custos 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Retomada da Economia Brasiliense com Justiça Fiscal (Artigo) 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

"E obrigação atualizar de R\$ 180 para R\$ 400" 23

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Alerta com as dívidas 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil deve amargar uma década de desemprego alto 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Diferença entre inflação dos mais pobres e dos mais ricos só deve cair em 2022, diz Ipea
..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O paradoxo dos juros no Brasil (Artigo) 29

O POPULAR - GO - POLÍTICA
ECONOMIA

Bolsonaro quer dar reajuste a policiais em ano eleitoral 30

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Câmara vota desoneração da folha de pagamento 32

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
ECONOMIA

Ministro diz que país acelera economia, apesar dos dados 33

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
ECONOMIA

Veja dicas para esticar o pagamento do 13º 34

PIONEIRO - RS - OPINIÃO
ECONOMIA

As armadilhas e oportunidades da Black Friday (Artigo) 35

Entenda como funciona o leilão da Receita Federal para eletrônicos

Provavelmente, muitas pessoas já ouviram falar das apreensões de produtos importados por meios não oficiais da **Receita Federal**. Estes são dos mais diversos tipos: automóveis, flores de plástico, decorações e até mesmo cigarros. Porém, são os artigos eletrônicos como smartphones, tablets, notebooks e consoles de vídeo game que atraem um número maior de interessados nos leilões realizados pela instituição.

Os leilões têm como objetivo aumentar a arrecadação e vender esses itens legalmente, e qualquer cidadão comum pode participar - mas é importante ressaltar que existem uma série de regras que devem ser seguidas.

Produtos leiloados Os produtos leiloados têm origem nas apreensões que a **Receita Federal** realiza, em aeroportos quando algum viajante tenta entrar no Brasil com um produto não declarado, ou compras realizadas ilegalmente e que os compradores tentam burlar o órgão para não pagar os **impostos** devidos.

A **Receita Federal** também apreende mercadorias ilegais que tentam cruzar a fronteira do Brasil com alguns países da América do Sul, como o Paraguai e a Argentina. Nesses casos, além de apreender os produtos, os veículos são apreendidos e vão à leilão.

Participando dos leilões Qualquer pessoa física ou jurídica pode participar do leilão, desde que esteja "em dia" com a **Receita Federal**. Como os editais deles não são iguais, haverá processos em que apenas pessoas jurídicas - empresas com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) - poderão participar.

Eles são realizados em datas e lugares definidos pelo edital e há dois tipos: físico e eletrônico.

No primeiro caso, apenas pode participar quem comparecer pessoalmente; já no segundo, podem participar todos que acompanharem pela internet e fizerem um cadastro prévio.

Onde ver os produtos que estão a leilão?

É possível ver os materiais apreendidos que serão leiloados em lotes no Portal SLE da **Receita Federal**, que detalha o preço mínimo e o local onde o produto se encontra. Os lotes podem ter apenas um item ou

diversos em conjunto.

Isso significa que se você vir um lote que contém um Macbook, um iPhone e um par de fones de ouvido, mas estiver interessado apenas no iPhone, terá que pagar pelo lote inteiro e levar todos os produtos para casa.

Cadastro para leilões eletrônicos Para participar do leilão eletrônico, é necessário ter um certificado digital, que deve ser comprado à parte (há diversos sites que vendem) para que seja possível acessar o e-Cac, sistema online que permite dar os lances.

O certificado digital é válido por 2 anos e deve ser salvo de forma segura.

Além disso, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou o CNPJ deve estar válido. Outro ponto é por determinação da **Receita Federal**, qualquer produto adquirido no leilão deve ser somente para uso pessoal, não sendo permitida a revenda dele.

Na 1ª fase, o lote recebe as propostas de preço. O usuário consegue modificar o valor e também desistir, caso deseje.

Após isso, acontece a abertura do leilão para os lances. Então, só passa para a 2ª fase quem deu um lance até 10% menor do que a melhor proposta. Nessa etapa, conhecida como "pregão", quem der o lance com maior valor consegue arrematar o lote.

Quem ganhar o leilão e não realizar o pagamento será multado pela **Receita Federal**.

Frete e garantia O leilão eletrônico acontece online, mas a **Receita Federal** não se responsabiliza pelo frete dos produtos. Ou seja, caso você arremate um lote vai precisar retirar o produto no local indicado pela Receita. Por esse motivo, é importante sempre prestar atenção em todas as informações do edital.

Outro ponto de atenção é garantia dos produtos que vão ser leiloados, pois não há como saber se os produtos estão funcionando corretamente e não é possível devolver os que estiverem com defeito.

De olho nos preços É importante ficar de olho nos preços porque, uma vez aprovado para participar da

última fase do leilão, os valores podem subir bastante, dependendo da quantidade de itens do lote e de pessoas que você estiver enfrentando.

Por muitas vezes, os valores podem chegar aos valores cheios e preços médios de lojas, por isso as vezes o melhor é abandonar o leilão e garantir seu eletrônico com um produto novo mesmo.

O importante a se ter em mente é que você dificilmente pagará o valor próximo ao do valor inicial. Às vezes, podemos ver lotes de produtos eletrônicos com notebooks, celulares e fones de ouvido Bluetooth por R\$ 5 mil, mas dificilmente esse será o valor final.

Forma de pagamento A **Receita Federal** também não permite o parcelamento, ao menos não da forma tradicional.

Nessa caso, se você arrematar o lote, será necessário emitir um Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) e, depois disso, existem duas opções para o pagamento: quitar o valor integral no 1º dia útil após o leilão; realizar o pagamento em 2 partes, sendo 20% no 1º dia útil após o leilão, e 80% após 8 dias corridos.

O pagamento deve ser realizado presencialmente na rede bancária.

Site:

https://media.jcorreiodopovo.com.br/2021/11/d3df373a-illovepdf_merged-31.pdf

Saiba quem deve pedir revisão do benefício ao INSS em 2022

O aposentado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que acredita estar recebendo um benefício com erro pode pedir uma revisão. O prazo para fazer a correção na renda é de dez anos após o pagamento do primeiro benefício.

Quem teve a primeira aposentadoria ou pensão paga no mês de dezembro de 2011 tem até janeiro de 2022 para pedir a correção, se houve alguma falha no cálculo do benefício. A mesma regra vale para quem recebe o auxílio-doença.

Já o segurado cujos pagamentos de pensão ou aposentadoria começaram em janeiro de 2012 pode pedir uma revisão até fevereiro de 2022. Quem passou a receber o benefício a partir de 2012 precisa ficar atento, pois o prazo de corrigir a renda está se esgotando.

Não existe, no **INSS** ou na Justiça, um calendário para fazer o pedido de correção do benefício, mas, com o auxílio de especialistas em Previdência, o Agora elaborou um calendário para auxiliar o cidadão que acredita estar recebendo um valor mensal menor do que deveria e não quer perder a da-ta-limite do pedido.

O prazo para pedir a revisão (de dez anos), chamado de decadência, é o mesmo no INSS e na Justiça. Para a maioria das revisões, o trabalhador deve fazer a solicitação primeiro no próprio instituto previdenciário.

Só é permitido ir à Justiça após uma negativa do **INSS** ou se o órgão demorar muito a responder e passar dos prazos legais para um posicionamento sobre o benefício, que é de 45 dias, nos casos das revisões.

Para quem já esgotou as chances de um acerto na via administrativa e vai ao Judiciário, é necessário ficar atento ao valor dos atrasados da causa. Ações previdenciárias de menos de 60 salários mínimos são abertas no Juizado Especial Federal. Já processos cujos atrasados somam valores maiores devem ser abertos na vara previdenciária.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora/20211116>

1º parcela do 13º salário será paga até o dia 30; veja quem tem direito

O que é que eu faço Sophia

/
Sophia Camargo, do R7

A primeira parcela do 13º salário, ou gratificação natalina, deve ser paga aos trabalhadores até o dia 30 de novembro. Essa parcela só não será paga a quem já recebeu a metade durante as férias.

Já a segunda parcela, sobre a qual incidem os descontos de **INSS** e IR, deve ser paga até o dia 20 de dezembro, inclusive para os trabalhadores que já receberam a primeira parcela com as férias. Saiba quem tem direito a este benefício e como calcular quanto vai receber.

Trabalhadores com carteira assinada;

Trabalhadores rurais;

Empregados domésticos;

Funcionários públicos; e

Aposentados e pensionistas.

Trabalhadores que não têm carteira assinada, como autônomos ou empresários.

Cada mês trabalhado (ou mais de 15 dias num mês) dá direito a 1/12 da remuneração. A remuneração inclui todos os valores recebidos pelo empregado, como horas extras e adicional noturno, e não apenas o salário.

Quem entrou na empresa em março, por exemplo, recebe 10/12 do valor. Se entrar no dia 14 de dezembro, recebe 1/12. Mas se trabalhar menos de 15 dias apenas em dezembro não recebe nada.

O valor é calculado dividindo a remuneração por 12 e multiplicando esse resultado pelo número de meses trabalhados.

Exemplo: remuneração de R\$ 1.500 dividida por 12 = R\$ 125.

Se trabalhou o ano inteiro, recebe R\$ 1.500 (12 x R\$ 125).

Se trabalhou dez meses, recebe R\$ 1.250 (10 x R\$ 125).

Se trabalhou um mês (ou mais de 15 dias num mês), recebe R\$ 125 (1 x R\$ 125).

Não. Uma nota técnica da Secretaria Especial de Trabalho e Previdência dispôs que o trabalhador que teve redução na jornada de trabalho e no salário por causa da pandemia do novo coronavírus deve receber o 13º salário com base no salário integral.

Essa regra deve ser observada, especialmente, nos casos em que os trabalhadores estiverem praticando jornada reduzida no mês de dezembro.

Nesse caso, há uma divergência entre o que recomenda a nota técnica, que diz que trabalhadores que tiveram contrato suspenso não terão computados esses meses de suspensão como tempo de serviço para cálculo de 13º salário e férias, e o que diz o Ministério Público do Trabalho, que entende que, uma vez que não há previsão legal sobre os impactos no 13º salário, deve haver interpretação mais favorável ao trabalhador no sentido de que todos os direitos adquiridos sejam mantidos.

A advogada Flávia Alessandra Gonçalves Barozzi, membro da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/Santo André e sócia do escritório Gonçalves Barozzi Advocacia, explica que o entendimento deve ser favorável ao trabalhador e a empresa deve pagar a gratificação natalina em valor integral, usando a mesma analogia que se faz quando uma empregada sai de licença-maternidade.

"Quando a empregada sai de licença-maternidade, ela recebe oito meses de salário pago pela empresa e quatro meses de salário-maternidade pagos pelo **INSS**. Quando um empregado tem seu contrato suspenso por causa da MP 1.045, o governo paga a ele uma parte desse salário na forma de BEM (Benefício). Se o governo não paga essa diferença no 13º do salário para o empregado, cabe à empresa pagar.

O 13º salário não é calculado em cima do salário, mas

da remuneração, e tudo isso constitui remuneração.

Nesse caso, o 13º é calculado pela média da remuneração dos últimos 12 meses.

Não. Se o empregado for mandado embora por justa causa, tem direito apenas ao saldo salarial e férias vencidas.

Já os empregados que forem demitidos sem justa causa ou pedirem demissão terão direito ao recebimento do 13º proporcional.

Quem é contratado sob contrato de experiência ou trabalho temporário tem direito, mas só se trabalhar por mais de 15 dias.

Sim. E o tempo que estiver em licença-maternidade será contabilizado como mês trabalhado para o recebimento do próximo 13º e férias.

Não, pois as diaristas são trabalhadoras autônomas. Mas os empregados domésticos têm, pois são trabalhadores com carteira assinada.

Não, pois a lei do estágio não dá a esse profissional os mesmos direitos dos trabalhadores contratados pelo regime da CLT.

Sim, recebe um do **INSS** e outro do empregador.

O trabalhador poderá fazer uma denúncia ao sindicato da categoria, ao Ministério do Trabalho ou, se todos os empregados da empresa não receberam, poderá fazer uma denúncia coletiva ao Ministério Público do Trabalho (o Ministério Público do Trabalho não recebe denúncias individuais, apenas coletivas).

Para receber o dinheiro, o trabalhador precisará entrar com uma ação na Justiça.

Ainda ficou com alguma dúvida? Envie suas perguntas para a coluna " O que é que eu faço, Sophia ?" pelo e-mail sophiacamargo@r7.com .

Site: <http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/1-parcela-do-13-salario-sera-paga-ate-o-dia-30-veja-quem-tem-direito-16112021>

PEC: presidente faz aceno para servidores

O presidente Jair Bolsonaro disse, ontem, que estuda destinar parte dos recursos bilionários a serem liberados pela PEC dos Precatórios a **servidores públicos**. A proposta de emenda à Constituição foi aprovada pela Câmara e vai ser votada, agora, no Senado, alterando o teto de gastos e viabilizando o pagamento do programa substituto do Bolsa Família, o Auxílio Brasil de R\$ 400, até o fim de 2022, ano eleitoral.

A PEC vem enfrentando oposição por partidos de esquerda, com forte base sindical, e sindicatos do funcionalismo que veem ameaças ao pagamento de dívidas a servidores aposentados que ganharam na Justiça o direito de receber benefícios atrasados. O presidente não esclareceu se planeja algum tipo de reajuste salarial a categorias.

"Tínhamos previsto pagar em torno R\$ 30 bilhões no ano que vem e passou para quase R\$ 90 bilhões. Essa diferença tem de entrar no teto. E se entrar no teto, a gente para o Brasil", afirmou Bolsonaro, durante entrevista na Expo Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. "Não queremos romper o teto. Propusemos ao Congresso, e a Câmara deu sinal verde, para parcelar mais da metade disso aí. Daí dá para a gente atender os mais necessitados, atender a questão orçamentária, e pensamos até em, dado o espaço que está sobrando, atender em parte os servidores.

Embratur

Bolsonaro também anunciou que o governo brasileiro vai abrir um escritório de promoção turística em Dubai. O escritório será da agência Embratur. "O Brasil tem belezas naturais inigualáveis. Estamos abrindo um escritório de turismo aqui em Dubai", afirmou Bolsonaro, no fórum Invest in Brazil. "Nós queremos que os senhores conheçam o Brasil de fato, e uma viagem pela Amazônia é algo fantástico." A abertura está encaminhada, e o ministro do Turismo, Gilson Machado, já visitou alguns prédios que podem receber a sede da Embratur.

Durante a visita do presidente ao país, Machado apresentou projetos de investimento turístico no Brasil, principalmente resorts no Nordeste, mas ainda tenta convencer empresários locais a viajarem ao país para conhecer cada um deles.

O ministro também está em tratativas para tentar convencer a companhia aérea Emirates a estabelecer uma rota para o Nordeste.

Segundo Machado, o interesse dos árabes pelo Brasil é crescente. Ele frisou que essa parceria entre os países tem um futuro muito promissor. "Os Emirados Árabes Unidos são um grande mercado, e temos certeza de que iremos levar muitos turistas para conhecer o Brasil", frisou.

PEC dos Precatórios pode atrasar grana

Com a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que pretende criar um teto para o pagamento dos atrasados do **INSS**, o prazo para receber os valores acima de 60 salários mínimos após a decisão final do juiz pode mudar.

Atualmente, o precatório é quitado em até dois anos após a ordem de pagamento do juiz. Com a PEC, parte do valor pode sair em até dois anos e o total restante ficar para ser liberado em anos seguintes, conforme o Orçamento federal.

A PEC já passou na Câmara dos Deputados e, agora, precisa ser analisada e votada no Senado. Para valer, no entanto, a medida deve ser promulgada em sessão do Congresso Nacional.

Quando o segurado continua a seguir a revisão no posto do **INSS**, mesmo que a correção tenha valores maiores do que os 60 salários mínimos anuais, ela é paga pelo órgão previdenciário, em geral, direto na conta onde o segurado já recebe o benefício previdenciário. Em alguns casos, a liberação dos valores do Instituto é feita por meio de PA15 (Pagamento Alternativo de Benefício). (CGeLL)

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora/20211116>

Demanda de servidor pode ser atendida por PEC dos Precatórios

Fábio Zanini, Marianna Holanda e Fábio Pupo

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) mencionou nesta segunda-feira (15) em Dubai a possibilidade de usar o espaço fiscal aberto pela eventual aprovação da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, que dá calote em dívidas judiciais da União e dribla o teto de gastos, para atender demandas de **servidores públicos**.

Ele não detalhou que pleitos seriam esses. O funcionalismo público federal está com salários congelados desde o início da pandemia, e novos concursos públicos foram interrompidos ou cancelados.

"Nós propusemos ao Congresso, e a Câmara deu o sinal verde, para a gente parcelar mais da metade disso aí [precatórios]. Daí dá para a gente atender os mais necessitados, dá para atender a questão orçamentária, pensamos até em obviamente, dado o espaço que está sobrando, atender em parte os servidores", disse ele, em entrevista à imprensa concedida durante participação na Expo 2020, exposição internacional que ocorre no emirado do Golfo Pérsico.

Apesar de Bolsonaro não ter mencionado reajustes salariais, o Ministério da Economia estuda há pelo menos três meses a possibilidade de um aumento para servidores. O impacto fiscal decorrente de uma medida do tipo era estimado entre R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões no começo das discussões, de acordo com interlocutores da equipe econômica ouvidos pela Folha.

O governo ainda avalia quais carreiras seriam contempladas, mas ao menos três estariam já na lista, a pedido do chefe do Executivo: policiais federais, policiais rodoviários federais e policiais penais.

Ainda que esteja num estágio inicial, auxiliares do presidente acreditam que o custo fique abaixo de R\$ 2 bilhões. Mas o impacto e a porcentagem do reajuste dependem de uma decisão do presidente.

O cálculo de auxiliares palacianos e da equipe econômica leva em conta uma folga para os valores seria gerada com a PEC dos Precatórios, que dribla o teto de gastos e permite ao governo gastar mais R\$

91,6 bilhões em 2022 sem a necessidade de cortar outras despesas -o que eleva o déficit nas contas públicas e o endividamento do país. O Brasil está no vermelho desde 2014, sua dívida passa de R\$ 5,4 trilhões e os custos com juros são pagos pela sociedade como um todo.

Apesar de dizer que a PEC vai permitir o aumento dos valores do Auxílio Brasil, o texto não diz para onde os recursos deverão ir. A oposição diz que a medida representa um cheque em branco em recursos públicos para Bolsonaro gastar.

Governo e aliados têm interesse em outras despesas, como um auxílio para caminhoneiros e até recursos para emendas parlamentares.

No caso dos servidores, a sinalização é feita após o governo não conseguir fazer avançar sua proposta de reforma administrativa. Bolsonaro já disse que, caso ela não seja aprovada neste ano, ficará para o presidente escolhido nas próximas eleições.

Bolsonaro afirmou que espera que a emenda seja aprovada pelo Senado, onde ainda precisa passar por dois turnos de votação com quórum qualificado e enfrenta dificuldades maiores do que na Câmara.

"O que a gente espera da PEC dos Precatórios é que seja aprovada. O que é a PEC dos Precatórios? São dívidas que remontam 30,40 anos, e que de repente o STF [Supremo Tribunal federal] falou que nós temos que pagar de uma vez só", disse o presidente.

Parte da comitiva do presidente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pintou mais cedo um cenário positivo para as contas públicas do Brasil, dizendo que ajudam a manter um nível de crescimento robusto.

Ele disse que o Brasil, neste ano, deve atingir a marca de meio trilhão de dólares de corrente de comércio, que é a soma entre as exportações e as importações.

Tudo resultado, afirmou, das mudanças de mentalidade do governo, mais orientado para o setor privado.

"O governo brasileiro gastava muito e gastava mal. A economia era o paraíso dos rentistas e o inferno dos

empreendedores. O eixo de crescimento vai ser o setor privado. Essa é a grande transformação que faremos no Brasil", declarou Guedes.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49731&anchor=6445391&pd=79320d046a7e455fd66f5c48fc83a620>

Gastar melhor e investir mais - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Em forte contraste com a fase precedente, a Carta de 1988 deu prioridade máxima ao gasto público em assistência social, previdência e com os **servidores públicos**, os três se misturando em uma gigantesca folha de pagamentos, cuja contenção vem ficando cada vez mais difícil, em face do enorme número de pessoas com interesses contrariados. Daí, quando se comparam os gastos federais dos anos de 1987 e 2018, o que chamo de a grande folha passou de 26% para 41% do total. Tanto assim que os gastos obrigatórios totais, que adicionam à folha outros gastos correntes igualmente direcionados em lei a certos fins, passaram de 70%, em 1987, para 93%, em 2018. Por exclusão, os gastos discricionários caíram de 30% para 7%, dentro dos quais não mais que 3% se referiam a investimentos ? que tinham chegado a quase zero. Por sua vez, saúde e educação mantiveram os mesmos pesos de antes (8% e 3%, respectivamente) e os demais gastos correntes (discricionários) tiveram queda de 34% para 11%.

Sem que se tenha à mão avaliações oficiais relevantes do uso do dinheiro público desde a promulgação da Carta de 1988, a principal (e super-negativa) consequência disso tudo, em conjunto com o tipo de ajuste que vem sendo tentado, foi que, do final dos anos 1980 a 2018, os investimentos de todos os entes públicos em infraestrutura caíram mais de sete vezes quando medidos em percentuais do **PIB**, reduzindo-se de 5,1% para 0,7%. Enquanto isso, o segmento privado oscilava, no mesmo período, ao redor da média de 1,1% do **PIB**, em que pese toda a ênfase conferida a esse setor nos últimos anos. Daí o **PIB** só crescer a 0,2% ao ano, em média, nos últimos 20 anos. É mole?

A grande maioria dos que acompanham a área macroeconômica acredita que a obediência ao chamado teto dos gastos, regra que limita o crescimento do gasto federal total pela **inflação** decorrida, é fundamental no momento atual para exatamente manter a **inflação** sob controle, ainda que, a meu ver, quando nasceu, ele já estava morto. Com ele, em tese, se conteria o crescimento dos gastos públicos e, portanto, se extirparia o mal pela raiz ? mal esse que seria representado pelo resultante crescimento da razão entre a dívida pública e o **PIB**, e por sua suposta consequência mais maléfica, a

inflação elevada.

Dívida

Pois bem, o espaço é pequeno para explicar tudo, mas nem o crescimento da razão entre a dívida pública e uma correta medida do nível de atividade é necessariamente ruim, nem a **inflação** se deve necessariamente ao crescimento da dívida (a não ser que já existisse uma razão forte para sua existência, como, por exemplo, quando a economia está superaquecida ou sob um choque de preço externo).

O pior é que o principal motivo pelo qual o teto já nasceu morto é bem mais simples e, em torno dele, não deveria haver qualquer polêmica (mas ninguém quer saber disso). Ele se liga a duas coisas: primeiro, a que o peso dos gastos obrigatórios no total despendido pela União já era muito alto, como mostrei acima, quando o teto foi lançado (2016, para valer a partir de 2017) de forma tal que, em pouco tempo, os residuais gastos discricionários ? únicos a serem, na prática, ajustados pela exigência do teto ? ficariam simplesmente zerados. Como o item de maior peso nos discricionários é o investimento, vê-se quem foi o principal pagador da conta do teto: investimentos e crescimento do **PIB**, conforme acima explicado. É isso que queremos?

Por outro lado, por que não ajustar os gastos obrigatórios, gastos esses previstos para acontecer por alguma lei ou pela própria Constituição? A resposta é também simples: porque é muito difícil, conforme se vê pelas prioridades reveladas pela execução da Carta de 1988.

Olhando para a frente, enquanto se promove uma avaliação competente do que se tem feito com o dinheiro público, em grandes blocos, desde 1988, o que falta em grande medida é: 1) tornar sem efeito a emenda do teto; 2) desenhar um bom e parrudo plano de investimento público para o país; 3) ter dois grandes programas assistenciais, um emergencial e temporário, até o encerramento da fase covid-19, e o outro, permanente, a serem permanentemente avaliados; 4) um relevante plano de equacionamento da previdência pública atrelado a um plano de recuperação de investimentos especialmente subnacionais; 5) um programa de reforma administrativa e melhor capacitação dos **servidores**

públicos; e 6) uma grande discussão sobre a questão inflacionária, com vistas a impedir que se sacrifique ainda mais o país com tratamentos inadequados dessa questão, como vem ocorrendo há vários anos.

(De passagem, veja-se o exemplo dos Estados Unidos, cujo governo acaba de aprovar, no Congresso, um plano de investimento em infraestrutura dimensionado em US\$ 1,3 trilhão. Enquanto isso, por aqui a grande discussão ainda é como recuperar o já falecido teto de gastos).

Esse plano seria amarrado a uma série de metas, exigências e mudanças, especialmente metas de crescimento do **PIB** para os próximos mandatos ? presidencial e estaduais (com ajuste das metas municipais para as parcelas remanescentes desses mandatos).

Modernidade no serviço público - ANA CARLA ABRÃO

ANA CARLA ABRÃO

Mesmo em tempos de trevas, há sempre alguma luz. Sim, em meio à confusão política e à capitulação de tantos na Câmara de Deputados diante da promessa do pote de ouro em que se transformaram as emendas de relator, há boas notícias vindas de lá. Acaba de ser aprovado pela Comissão de Justiça da Câmara (CCJ) o relatório substitutivo ao Projeto de Lei 252, de 2003, de autoria do deputado Eduardo Cury, que define normas gerais para os concursos públicos no Brasil. Avanço fundamental para se caminhar na direção de um serviço público mais moderno e mais eficiente.

Vivemos tempos de captura do Estado. Quer seja por leis e normas que reforçam a primazia de interesses corporativistas sobre os coletivos, ou pelo loteamento do Orçamento para fins eleitorais.

Nosso patrimonialismo, consolidado e aprofundado neste Brasil que se diz contemporâneo, não vê limites. Além disso, enquanto o mundo avança num novo paradigma digital e tecnológico, a par de iniciativas pontuais, nosso Estado continua arcaico e analógico. Em parte, porque não sobram - embora haja - recursos para investir em novas tecnologias e em capacitação dos **servidores públicos**.

Mas aqui se abre um capítulo de atração e seleção de talentos que exige modernização.

Esse é o objetivo do substitutivo do deputado Cury.

A Constituição define o concurso público como a forma de provimento dos cargos e empregos no Estado, garantindo a impessoalidade e a isonomia necessárias à manutenção de uma burocracia independente e voltada ao interesse público. Faltava incluir o princípio de eficiência, desatendido nos concursos atuais. Não falta mais. Baseado nas ideias de planejamento, customização da seleção e inovação nas avaliações, o relatório contou com a valiosa contribuição do Núcleo de Inovação da Função Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público, sob a coordenação do professor Carlos Ari Sundfeld. Nele, se estabelecem regras gerais que, ao contrário do sistema atual de provas genéricas, visam a aferição de conhecimentos, habilidades e competências necessárias ao desempenho com eficiência das atribuições do cargo, avaliandose o domínio de conteúdo específico e a

aptidão para execução das atividades, além de aspectos comportamentais.

A transição para um serviço público moderno e voltado ao cidadão é parte da nossa consolidação como República, e passa por um conjunto de reformas que pivoteiem o Estado para além da sua autoperpetuação.

A modernização dos concursos públicos é parte dessa jornada. Vamos aproveitar a oportunidade e dar esse importante primeiro passo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Servidor tem até dia 20 para decidir seu IR - SERVIDOR

Camila pontes

Os **servidores públicos** federais precisam assinar termo de autorização individual de acesso às declarações do Imposto de Renda Pessoa Física. O prazo vai até 20 de novembro. O documento que deve ser preenchido para isto está disponível no aplicativo e na versão web do SouGov.br.

É preciso entrar no SouGov.br e responder à pergunta que aparecerá na tela: "Você autoriza acesso a sua declaração de IRPF?", e selecionar uma das opções - "Autorizo" ou "Não Autorizo". Segundo o governo, aqueles que não autorizarem o acesso assumirão o dever de apresentar as declarações via sistema eletrônico administrado pela Controladoria Geral da União (CGU).

MPF quer vacinação obrigatória de agentes

Agentes penitenciários dos presídios federais têm a obrigação de se vacinar contra a Covid-19, segundo a Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal. E quem não o fizer deverá ser afastado e responderá a procedimento. A questão ainda deve ser regulamentada no prazo de 15 dias.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

CAS debaterá direito à saúde no contexto da reforma tributária

A CAS realiza audiência pública interativa remota na quarta-feira (17) sobre o direito social à saúde no contexto da **reforma tributária**. O debate terá início às 10h e pode ser acessado pelo portal e-Cidadania.

A iniciativa é do senador Flávio Arns (Podemos-PR). Ele observa que, no contexto da **reforma tributária** ora em tramitação no Senado, há importantes reflexos potenciais ao direito constitucional à saúde, como, por exemplo, a proposta de extinção de incentivos fiscais a medicamentos, prevista no Projeto de Lei (PL). "O direito social à saúde, bem como seu acesso, é concebido como um direito de todos e dever do Estado, o qual deve garanti-lo mediante políticas sociais e econômicas e a oferta de serviços públicos que visem à redução do risco de doenças e outros agravos. Por isso, é necessária a realização de audiência pública para debater a natureza e extensão dos efeitos da **reforma tributária** sobre o direito à saúde, bem como eventuais propostas de solução", alega Flávio Arns em seu requerimento. O debate contará com o diretor do Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica, Fábio Ferreira Cunha; o diretor-executivo da Confederação Nacional de Saúde, Bruno Sobral.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edi_o_3314_1_

Redescobrimo a importância da indústria (Artigo)

Carlos Rodolfo Schneider

A indústria de transformação é o setor que mais investe em inovação (69% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento no Brasil, segundo a Confederação Nacional da Indústria), que mais recolhe **tributos**, que paga os maiores salários (da iniciativa privada) e que gera o maior efeito multiplicador: a cada R\$ 1 produzido, são gerados R\$ 2,40 na economia brasileira, ante R\$ 1,66 da agricultura e R\$ 1,49 do setor de comércio e serviços. Mas, nas últimas quatro décadas, o setor vem encolhendo no País por falta de atenção das políticas públicas e pela deterioração da competitividade da nossa economia, o famoso custo Brasil.

Segundo o IBGE, em 1980, ele representava 33,70% do **PIB**, a preços correntes, e em 2018, apenas 11,31%.

Um estudo dos economistas Paulo César Morceiro e Milene Tessarin, da Universidade de São Paulo (USP), que avaliou o processo de desindustrialização de 30 países, englobando 90% da indústria mundial, concluiu ser o caso brasileiro o mais grave.

Em 1980 tínhamos o sexto maior parque industrial do mundo, responsável por 4,1% da produção mundial, ante apenas 1,65% da China, por exemplo.

E, segundo o relatório de 2020 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), a participação do Brasil no valor adicionado da indústria global vem encolhendo ano a ano na última década, até 1,19% em 2019, quando caímos para a 16.^a posição, atrás de Turquia (15.^o), Rússia (13.^o), México (11.^o), Indonésia (10.^o), Índia (5.^o) e China (1.^o).

Ao contrário do Brasil, outros emergentes, com economias mais dinâmicas e competitivas, melhoraram sua posição na produção mundial na última década (entre 2010 e 2019); a Turquia passou de 0,9% para 1,2%; a Indonésia, de 1,4% para 1,6%; a Índia, de 2,3% para 3,1%; e a China, de 21,1% para 29,7%. Em apenas 40 anos, nossa indústria passou de uma dimensão 2,5 vezes maior que a da China para 25 vezes menor. Um tombo e tanto, acentuado por agravante denominado especialização regressiva, que significa que setores de maior valor agregado cedem

espaço para produtos básicos, ligados a commodities, consequência justamente do custo Brasil.

Como os custos para produzir no Brasil são mais altos, quanto mais longa a cadeia produtiva, maior a defasagem no fim.

Isso leva à concentração no início da cadeia, com pouca agregação de valor. É mais produtivo, por exemplo, exportar soja em grão do que óleo de soja.

Em 2019 o governo federal estimou o custo Brasil em R\$ 1,5 trilhão por ano. É o que custam as ineficiências estruturais, burocráticas e econômicas que comprometem a competitividade das nossas empresas. A começar pela caótica estrutura de **impostos**, que obriga a um gasto de horas sete vezes maior para tentar pagar corretamente os **tributos** (1.509 horas/ano, segundo o Banco Mundial, ante a média mundial de 226 horas/ano). Isso absorve 1,2% do faturamento das empresas industriais, número 9,3 vezes mais elevado do que dos principais parceiros comerciais.

Além do que, no Brasil a tributação não é isonômica entre os setores, e a indústria é o mais onerado: respondia em 2019 por 26% dos **tributos** federais, para uma participação de 11,3% no **PIB**.

Essa falta de competitividade afeta fortemente a balança comercial da indústria de transformação.

Em 2019, o déficit foi de US\$ 34,1 bilhões, o 12.^o ano de resultado comercial negativo para o setor, segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). E a queda nas exportações foi quatro vezes mais acentuada nos ramos de alta e média tecnologia do que nos de baixa tecnologia, confirmando a tendência de reprimarização do setor.

Segundo Li Yong, diretor-geral da Unido, nos últimos anos os países vêm reconhecendo a importância das políticas industriais para a prosperidade sustentável.

E destaca três fatores: a maior produtividade em relação à agricultura e aos serviços; o maior efeito multiplicador na economia; e por ser o setor que mais gera inovações e avanços tecnológicos. Isso ajudaria a explicar a evolução econômica e social de países que fortaleceram a sua indústria recentemente, como

os do sudeste asiático, e a estagnação do Brasil em razão de sua desindustrialização.

Para confirmar esse diagnóstico, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) atribui o desempenho diferenciado do Estado em grande parte à força da sua indústria.

Para uma retração de 4,1% no **PIB** brasileiro em 2020, o de Santa Catarina encolheu apenas 0,9% e, apesar da crise, conseguiu gerar 53 mil vagas formais de emprego, um terço do total de vagas abertas no País. Segundo a Fiesc, o Estado é o mais industrializado do País, com 27% do **PIB** sendo gerado pelo setor (20% pela indústria de transformação, praticamente o dobro da média nacional), bem como 34% dos empregos formais.

São dados importantes para orientar políticas econômicas e para inspirar a classe política.

Os problemas de competitividade, em grande parte, dependem de fatores estruturais como baixa produtividade, complexidade do sistema tributário e precariedade da infraestrutura. Devemos seguir com o esforço das reformas, desenvolver políticas industriais voltadas para a quarta revolução industrial, a indústria 4.0, e definir programas de apoio horizontais, e não para 17 setores, para que não sejam eleitos vencedores e vencidos.

Carlos Rodolfo Schneider, EMPRESÁRIO, UM DOS IDEALIZADORES DO MOVIMENTO BRASIL EFICIENTE, É MEMBRO DO CONSELHO SUPERIOR DE ECONOMIA DA FIESP E DO CONSELHO EMPRESARIAL DA AMÉRICA LATINA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

121 cidades não bancam custos

Katherine Alexandria

A maior parte dos municípios goianos tem uma situação fiscal difícil ou crítica. Isso é o que apontou levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) divulgado em outubro. Foram avaliadas 5.239 cidades, sendo 225 em Goiás, com base em dados do ano passado. O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) varia de zero a um, sendo que quanto maior o valor alcançado melhor a gestão. A média no Estado ficou em 0,5847, o que representa uma situação de dificuldade.

Ao todo, 121 municípios, 53,78% do total, tiveram notas que revelam a situação difícil ou crítica. No País, 3.024 estão neste mesmo cenário, o que representa um percentual ainda maior, 57,72%. De acordo com a análise da Federação, o quadro é preocupante e a dificuldade de geração de receita pelos municípios é o principal entrave para a melhora das contas públicas. Prefeito de Água Limpa, no Sul do Estado, José Carlos Guimarães (Podemos) concorda. A cidade ficou em última posição no ranking estadual.

Como exemplo da insustentabilidade que assombra as prefeituras, ele está no primeiro mandato e explica que assumiu a situação difícil, com salários atrasados, maquinário com defeito e série de barreiras para o desenvolvimento com equilíbrio. "Estamos pelejando, sem fazer coisas erradas, para conseguir pagar os compromissos antes de vencer o mês." O problema, como descreve, é a dependência de repasses.

"Aqui não tem empresa, emprego é na prefeitura mesmo. Hoje tenho mais de 300 funcionários e só a folha dos professores é mais de R\$ 200 mil. Fora que a economia está custosa, o litro da gasolina aqui está quase R\$ 7,20, aumenta os custos", expõe. Para 32,5% das cidades brasileiras a receita gerada não é suficiente nem para custear a Câmara Municipal e a estrutura administrativa municipal.

"Além disso, 34,7% gastam mais de 54% da receita com despesa de pessoal, 41,6% têm planejamento financeiro ineficiente e 51% investem, em média, apenas 4,6% do orçamento", ressalta o gerente de Estudos Econômicos da Firjan, Jonathas Goulart. O IFGF é composto por indicadores de autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos. É com base na análise de cada um deles que ocorre a classificação.

Com nota máxima em quase todos esses indicadores,

Paraúna, no Sudoeste, é a melhor colocada entre as goianas. O prefeito Paulo José Martins (Republicanos) afirma que o segredo é gestão técnica para conseguir enxugar a máquina pública e ter equilíbrio fiscal. "Quando assumimos, em 2017, estava um caos, sem certidão, com prestação de conta atrasada. Hoje, mais de 50% das obras são feitas com recurso próprio."

Ele cita uma garagem para transporte escolar e reforma de escola entre as conquistas. "Mas, primeiro, tem de estancar as sangrias, os gastos desnecessários. Fechamos fronteiras para não ter evasão, somos uma das poucas com georreferenciamento urbano para garantir arrecadação do IPTU e trocamos lâmpadas por LED." Para o prefeito, sem redução de custos é difícil alcançar o equilíbrio.

Recomendação

Presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves (MDB) avalia que na situação da economia brasileira há recomendação de reduzir número de secretarias e cargos comissionados, bem como estimular o desenvolvimento econômico baseado na vocação local para ter geração de emprego e renda. "Muitos (prefeitos) herdaram essa situação difícil e alertamos para redução de tamanho da máquina, pois o Brasil está em crise desde 2014."

De outro lado, ele discorda do conceito de autonomia do Índice Firjan. "Consideram apenas IPTU, ITU, ISS, mas **impostos** gerados para o Estado, o Imposto de Renda, têm parte do município", pontua ele que é prefeito de Campos Verdes, no Norte, que ficou em 40ª posição no Estado, zerou esse quesito e tirou nota máxima nos outros. Porém, o indicador considera também as transferências devolutivas de ICMS, IPVA, ITR e IPI-Exportação, que estão diretamente ligadas à economia local.

Goiânia é 6ª capital com melhor gestão fiscal do País

Goiânia é a sexta capital com melhor gestão fiscal do País, segundo o Índice Firjan (IFGF), divulgado em outubro pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). No topo do ranking estão Salvador (BA) e Manaus (AM), que apresentaram nota máxima em três dos indicadores considerados (autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos).

A cidade goiana só tirou nota máxima no quesito autonomia. Apesar de estar entre os poucos

municípios brasileiros com nível de excelência - apenas 11,7% alcançaram essa avaliação -, no item investimentos a nota aponta para uma dificuldade. Como é baseado em dados do ano passado, o secretário de Finanças da capital, Geraldo Lourenço, defende que foi um ano atípico para investir. Lembra que ocorreu aporte federal para o suporte aos casos e ao enfrentamento da Covid-19.

"Isso atrapalha os indicadores e para 2021 não há essa expectativa de aporte, que chegou a ordem de R\$ 200 milhões. No entanto, Goiânia fez um bom investimento em 2020", pontua ao citar obras de recapeamento. Ele considera que manter a cidade bem colocada é um desafio e a aposta é de que com a venda da folha do município amplie recursos próprios para aumentar também os investimentos.

"Estimamos vender por mais de R\$ 200 milhões, que é o valor que queremos investir na cidade e manter nosso patamar no ranking, entre as melhores. Já temos êxito de ter boa nota no Tesouro Nacional, alto nível de capacidade de pagamento, um cenário favorável. Por isso, vamos trabalhar para manter e evoluir. A cidade precisa de muita coisa ainda e o prefeito está indo atrás de investimento em Brasília", reforça.

Ao todo, nove capitais registraram excelência na gestão fiscal, foram elas Salvador (0,9401 ponto), Manaus (0,9140 ponto), Vitória (0,8827 ponto), Boa Vista (0,8650 ponto), Rio Branco (0,8336 ponto), Goiânia (0,8293 ponto), São Paulo (0,8206 ponto), Curitiba (0,8176 ponto) e Fortaleza (0,8109 ponto).

Foram avaliadas no IFGF 2021 apenas as cidades que declararam suas contas de 2020 de forma consistente até o dia 10 de agosto de 2021.

Site: <https://opopular.com.br/digital/16-novembro-2021/1o-caderno>

Retomada da Economia Brasileira com Justiça Fiscal (Artigo)

Valdir Oliveira Superintendente do Sebrae no DF

Aristóteles dizia que devíamos tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida de suas desigualdades. Essa é a essência do conceito de isonomia previsto em nossa Constituição Federal. As empresas têm faturamentos diferentes. Por isso, a previsão constitucional, bandeira levantada pelo constituinte Guilherme Afif Domingos, do tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas brasileiras. Esse princípio norteou o tratamento tributário privilegiado conhecido como Simples Nacional, no qual as MPes são beneficiadas com redução de sua carga tributária. Se para pessoas físicas o imposto é progressivo e há isenção para determinadas faixas de renda, não seria justo imputar para as empresas a mesma condição tributária?

Falar de micro e pequena empresa é falar da distribuição de renda e da geração de empregos no Brasil. Os pequenos negócios são responsáveis por 52% dos empregos formais e por 27% do PIB. Isso mostra que os que menos geram empregos no Brasil são os que concentram renda. Com essa crise que vivemos, em que o empobrecimento das classes de menor renda foi enorme, o resgate da economia precisa passar pelo estímulo aos pequenos negócios. Na pandemia, fecharam os pequenos negócios, mas ficaram abertas as médias e grandes redes de varejo. Enquanto mercadinhos locais foram fechados, os supermercados permaneceram abertos, concentrando o consumo da população. Assim, quebramos nossos pequenos negócios e fortalecemos as médias e grandes corporações.

O apoio oferecido pelo Estado veio na forma de crédito. Quem tinha acesso ao sistema financeiro e um bom cadastro bancário teve a oportunidade de acesso ao crédito subsidiado e com prazo longo para pagar. Os pequenos negócios, que baixaram suas portas, não podiam ter acesso à solução creditícia porque seus cadastros não permitiam, além da incerteza do retorno de suas atividades. Mais uma vez, os pequenos negócios foram excluídos das oportunidades na pandemia. Em dois anos, esses negócios sucumbiram e muitos desapareceram.

Mas agora é hora de voltar. A retomada da economia passou a ser uma realidade com o avanço do controle sanitário. O cenário de hoje é a busca de pequenos

empreendedores por oportunidades de faturamento. Precisam retomar seus negócios ou abrir novas frentes.

No ano de 2018, uma lei federal aumentou o limite de faturamento para os beneficiários do Simples Nacional, passando de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões anuais. Para que essa ampliação da faixa de isenção tenha validade no Distrito Federal em relação ao ICMS e ao ISS, é necessário uma lei distrital que implante esse mesmo benefício para as pequenas empresas brasileiras. Esse ajuste ajudará muitas pequenas empresas, com a redução de sua carga tributária, desestimulando que empresários procurem alternativas paralelas, como a criação de empresas em nome de terceiros para evitar que seus pequenos negócios sejam onerados como grandes empresas. Desonerar as pequenas empresas significa ampliar seus investimentos, trazendo como consequência a geração de empregos.

A substituição tributária é um regime de arrecadação em que o varejo, independentemente do seu porte, antecipa o pagamento do imposto de uma mercadoria que ele ainda não vendeu. Nesse regime de arrecadação, tanto a pequena quanto a grande empresa têm o mesmo tratamento tributário, recolhendo o imposto na mesma alíquota, ainda que sejam optantes pelo simples. O poder de compra de uma grande empresa possibilita a oportunidade de barganha para negociação de preço que uma pequena empresa não tem. Assim, o preço final de uma grande empresa acaba sendo mais vantajoso que o de uma pequena, tirando a condição de concorrência dos menores, porque comprarão mais caro e pagarão a mesma alíquota dos grandes. O governo define os produtos que serão incluídos no regime de substituição tributária e, ao fim e ao cabo, este regime permite que as empresas mais ricas tenham mais vantagem competitiva, em detrimento das mais pobres.

A retomada da nossa economia não pode ser realizada com excessiva oneração tributária daqueles que geram emprego e promovem a distribuição de renda. Não se faz desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda sem o estímulo aos pequenos negócios. É hora de nos inspirarmos em Aristóteles e no princípio da isonomia. Precisamos tratar as micro e pequenas empresas de forma

desigual em relação as médias e grandes empresas e na medida de suas desigualdades. O governo precisa rever a substituição tributária e ampliar o faturamento para enquadramento das empresas aos novos limites do Simples Nacional.

Está na hora de o governo ajudar quem segurou os empregos nesta pandemia e quem sofreu com a exclusão empresarial em decorrência do lockdown, para implantarmos a justiça fiscal na retomada da nossa economia. Ser justo com as pequenas empresas é dar a elas a proteção necessária para que possam concorrer em um mercado dominado pelo poder das grandes empresas. Ser justo é apoiar os micro e pequenos empresários brasilienses, os grandes heróis desta pandemia.

Valdir Oliveira Superintendente do Sebrae no DF

"E obrigação atualizar de R\$ 180 para R\$ 400"

Em um claro recado ao governo de Jair Bolsonaro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem, que, por causa da recente alta dos preços, realmente é preciso elevar o valor do Auxílio Brasil, pago aos brasileiros mais pobres. Ele ressaltou que o arroz, o feijão e a gasolina estão mais caros. "É obrigação atualizar (o valor do benefício) de R\$ 180 para R\$ 400. O governo não faz favor nenhum com isso", avaliou. O aumento promoveu um grande desgaste da ala política da administração com a equipe econômica, levando até ao pedido de demissão de grande parte dos técnicos do Tesouro Nacional.

Pacheco fez essa observação durante palestra no IX Fórum Jurídico de Lisboa, que é promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). O presidente do Senado também falou sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos, dizendo que o teto é a "expressão da responsabilidade fiscal". "Não se pode gastar mais do que se tem", comentou, salientando que é preciso passar por uma mudança de paradigma sobre o tema para que o Estado se torne mais eficiente.

Segundo ele, há várias saídas para que o governo consiga respeitar o teto e não se esquivar de pagar os precatórios, como determinado pela Justiça. Entre as possibilidades estão compensações, encontro de contas e pagamentos de dívidas fiscais tendo precatório como moeda. "Isso é medida simples, comezinha, que respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o teto", considerou. Além disso, segundo Pacheco, estas alternativas geram o espaço fiscal necessário - não para emendas parlamentares, como ressaltou -, mas para um programa social com valor atualizado,

dando poder de compra mínima à população. "Podemos rediscutir o aumento do teto, e até flexibilizar... mas não é este o momento atual, sob pena de mostrarmos que não temos compromisso", descartou.

Pacheco também disse no evento em Portugal que considera o semipresidencialismo "interessante" e que o avalia como o sistema mais estável entre todos. O presidente do Senado enfatizou que há um excesso de partidos políticos no Brasil e que é preciso haver um "enxugamento" visando a 2026 e 2030, disse, mencionando anos eleitorais. "A temática do

presidencialismo de coalizão talvez seja um bom caminho para reflexão mais zelosa em relação a uma mudança mais radical", considerou o senador.

PODERES Em nova alfinetada no presidente Jair Bolsonaro, Pacheco disse que os poderes têm que ser harmônicos e se respeitarem, "cada qual cumprindo seu papel, sem pretender ser o outro". No evento em Lisboa onde também estava o presidente da Câmara, Pacheco disse: "eu e (Arthur) Lira sabemos que não somos presidente da República. O presidente da República tem que entender que não é presidente do Congresso", afirmou. No evento, repleto de representantes da Justiça, Pacheco completou: "e o Judiciário também tem que saber que não pode interferir no Executivo e no Legislativo."

O presidente do Senado garantiu que sua fala sobre a independência dos três poderes foi feita de forma genérica. "Minha fala foi no sentido macro. A República tem que funcionar com a separação dos poderes, mas com harmonia", disse. "É importante que cada poder faça autocrítica de suas atribuições, do que a lei permite que esse poder faça. Porque esse é um fator de estabilidade. Não foi nada direcionado a absolutamente ninguém e a nenhum poder", acrescentou.

Tratando de assuntos políticos e econômicos das mais variadas esferas, Pacheco fez críticas sobre o fim do Ministério do Planejamento, defendeu o enxugamento da máquina pública e pintou um cenário negativo para a economia no ano que vem, prevendo que 2022 será mais difícil do que foi este ano. "A perspectiva para 2022 é pior do que foi 2021 porque batem à nossa porta a **inflação**, a alta dos juros, o aumento do desemprego, a desvalorização de 30% do câmbio, a crise hídrica", enumerou. Para ele, o governo precisa atuar para conter esse cenário negativo.

Pacheco disse, no entanto, que não defende o "Estado mínimo", como fazem alguns, mas seu enxugamento. "Com os déficits que temos de inclusão, pensar em estado mínimo é algo muito egoísta. É um pensamento preocupante porque temos que ter o "estado necessário", argumentou. O presidente do Senado continuou sua argumentação dizendo que não se pode precarizar poderes e instituições, mas combater excessos e privilégios. "O Brasil peca muito por falta de planejamento. Ressinto a falta do

Ministério do Planejamento", disse, sendo interrompido por aplausos da plateia, a única vez em que isso ocorreu.

A pasta foi suprimida pelo atual governo para dar mais poderes ao Ministério da Economia, que, por sua vez, abarcou uma série de outros ministérios. Até hoje, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes criticam a pasta, dizendo que seu trabalho nunca surtiu efeitos práticos.

CRÍTICAS Em mais um recado a Bolsonaro, Rodrigo Pacheco disse não saber de onde saem as críticas à urna eletrônica brasileira e também disse que não é possível ser contrário à imunização contra o coronavírus ou ao uso de protetores que evitam a contaminação. O presidente do Senado começou a elencar os feitos do Congresso nos últimos anos e citou os novos marcos legais do saneamento e das startups, a mudança para melhorar o ensino e a segurança nacional, entre outros. "Até no futebol, estabelecemos marco, criando a possibilidade de sociedades anônimas", continuou.

Durante a listagem, Pacheco destacou que o Brasil também foi o primeiro país em que o Senado começou a funcionar de forma virtual durante a pandemia. "Muitas vezes não enaltecemos, não falamos de coisas positivas do Brasil... Como é o caso da urna eletrônica... De repente, vem críticas partidas não sei de onde", comentou. O presidente Jair Bolsonaro é um dos principais questionadores do equipamento. Da mesma forma, o presidente do Senado manteve o apoio às medidas de contenção da proliferação do coronavírus, outro assunto rejeitado pelo presidente da República. "Não dá para pregar o não uso de máscara e de não vacinação", pontuou.

Sabatinas com data marcada

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse ontem, que quer colocar um fim na apreciação de indicados a vários cargos do governo até o encerramento deste ano. Por isso, explicou, decidiu realizar uma força-tarefa na Casa para que os parlamentares avaliem os nomes nos dias 30 de novembro e 1º e 2º de dezembro. "Será a realização de um esforço concentrado porque estamos em sistema semipresencial. É importante que (os senadores) estejam presencialmente para votarem porque as indicações exigem presença física" disse.

Além da tão aguardada sabatina de André Mendonça para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), também serão analisadas indicações para cargos de embaixadores e de agências reguladoras, entre outros órgãos. No caso de Mendonça, a avaliação será feita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). "Tenho

confiança de que tudo isso pode acontecer. Minha pretensão é esgotar as indicações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro", disse. "Temos que exercer nosso dever constitucional e quero chegar ao final do ano com esse assunto resolvido." Pacheco não quis dar opinião sobre o resultado das apreciações, em especial a de Mendonça. "Se houver aprovação ou rejeição, é da questão democrática, mas precisamos evoluir nessa questão. Não tenho como fazer essa avaliação (se Mendonça será aprovado). Nem em relação a ele e nem a outras indicações. Isso é um exercício do plenário", desconversou. O presidente do Senado disse que a Casa também deve apreciar o Código Eleitoral, que está sob a relatoria de Antonio Anastasia. "Se dá tempo de ser para as eleições ou não, não sabemos. O que temos é esse compromisso de evoluir com o código eleitoral."

AUXÍLIO AMANHÃ

A Caixa Econômica Federal começará a pagar o Auxílio Brasil, programa que substitui o Bolsa Família, amanhã.

O banco divulgou o calendário de pagamento do benefício que seguirá o número final do Número de Identificação Social. O NIS é um número usado pela instituição para identificar pessoas cadastradas em programas sociais do governo.

Os pagamentos começam com os NIS de final 1, e terminam em 30 de novembro, com os números terminados em 0. Podem receber o Auxílio Brasil as famílias com renda per capita de até R\$ 100, consideradas em situação de extrema pobreza, e aquelas com renda per capita de até R\$200, consideradas em condição de pobreza. No Bolsa Família, os valores das linhas de extrema pobreza e pobreza eram, respectivamente, de R\$ 89 e de R\$ 178 por pessoa.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Alerta com as dívidas

Rosana Hessel

A deterioração das expectativas para a atividade econômica, devido às incertezas em relação ao governo de Jair Bolsonaro (sem partido) contribui para tirar o sono das famílias brasileiras, principalmente as mais endividadas, que voltarão a conviver com juros de dois dígitos no ano que vem. As previsões do mercado só pioram e indicam que a **inflação** oficial deverá estourar o limite da meta neste ano, de 5,25% e de 5%, respectivamente, com o cenário fiscal cada vez mais preocupante.

Os dados do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da semana passada confirmam os prognósticos nada animadores, após a surpresa com a alta de 1,25% do indicador no mês de outubro - maior variação para o mês desde 2002. Com isso, o IPCA subiu 10,67% no acumulado em 12 meses, consolidando o patamar de dois dígitos pelo segundo mês seguido, tendência que deve prosseguir até dezembro, pelo menos.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central acelerou o ritmo de alta da taxa básica de juros (Selic), para 7,75% ao ano, e sinalizou juro básico de 9,25% em dezembro. Contudo, devido à piora no cenário fiscal e ao aumento das pressões inflacionárias, as apostas do mercado indicam a necessidade de um aperto monetário maior e de uma Selic mais perto de 10% no fim do ano.

O custo será alto para os contribuintes. Conforme dados do BC no relatório fiscal de outubro, a cada ponto a mais na Selic, a dívida pública bruta aumenta R\$ 32,2 bilhões por ano, quase um Bolsa Família, que, no Orçamento de 2022 estava previsto em R\$ 34,7 bilhões. Mas essa fatura tende a aumentar em, pelo menos, R\$ 322 bilhões, se considerarmos as altas da Selic desde março até 12%, considerado piso para o início do próximo ano.

Com a Selic voltando a ficar acima de 10%, o consumidor precisará se programar, pois os empréstimos no mercado custam muito mais do que a taxa básica. O crédito ficará cada vez mais escasso e mais caro no mercado, travando qualquer crescimento da economia no ano que vem.

Fábio Gallo, professor de Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que, para quem está endividado ou à beira do endividamento, "vai ser

complicado sair dessa bola de neve diante da alta dos juros". "A situação está terrível principalmente para as pequenas empresas. Muitas não conseguiram os auxílios do governo para redução dos custos da folha e acabaram demitindo ou fechando. Com a Selic em dois dígitos vai ser muito mais difícil", afirma.

Analistas reconhecem que esse ciclo de alta dos juros, iniciado em março, seguirá até a primeira metade do ano que vem, na melhor das hipóteses. Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor-executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) destaca que a inadimplência também deve aumentar: "Como o custo do crédito para as empresas e para as famílias fica mais caro, os bancos passam a ser mais seletivos no crédito e reduzem o prazo dos financiamentos. Eles não querem empréstimos de longo prazo, porque não sabem o que virá na economia e na política. Com o crédito mais restrito, haverá desaceleração econômica e aumento do desemprego. O consumidor desempregado não paga dívida e a inadimplência aumenta. E a inadimplência aumenta. E ficamos nessa roda".

PLANEJAMENTO Os consumidores devem programar as despesas para não ficarem ainda mais no vermelho. O recomendável é não comprometer mais do que 30% da renda familiar com dívidas, para começar. Ricardo Rocha, professor de Finanças do Insper, lembra que a primeira parcela do 13º salário poderá ajudar na quitação das dívidas mais caras. "É preciso começar 2022 com o uso adequado do 13º, fazendo um orçamento para as despesas de início de ano, com meta de reduzir o endividamento ou alongar, se for a melhor alternativa."

Fábio Gallo recomenda colocar tudo no papel e separar os gastos por quatro grupos: A (Alimentação), B (Básicos), C (Contornáveis) e D (Desnecessários): "É preciso determinar um valor fixo para cada uma dessas despesas no mês, inclusive, para a alimentação, que é mais essencial, e evitar comprar supérfluos".

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Brasil deve amargar uma década de desemprego alto

Douglas Gavras

Com crescimento fraco e deterioração do cenário econômico, o Brasil pode ter de conviver por uma década com desemprego alto e só voltar ao chamado pleno emprego a partir de 2026.

O cenário consta de uma análise do economista Bráulio Borges, do Ibre FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas) e da LCA, feita a partir de projeções de um relatório do Latin Focus Consensus, publicado na primeira semana de novembro.

Pelos cálculos do economista, o chamado pleno emprego no Brasil considera que a taxa de desemprego deveria estar entre 8% e 10%. Esse ponto de equilíbrio, em que os salários reais crescem em linha com a produtividade, só deve ser alcançado a partir de 2026, quando a taxa de desocupação cairia para 10,1%.

O período mais recente de desemprego abaixo dessa banda, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, foi registrado entre 2012 -primeiro ano da pesquisa- e 2014, ainda no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff(PT).

Em 2015, com o início de uma recessão, a desocupação cresceu, ficando acima do ponto de equilíbrio já no trimestre encerrado em fevereiro de 2016 -cenário que se manteve desde então.

Confirmada essa expectativa, portanto, o Brasil teria uma década de excesso de desemprego, com a taxa de desocupação mais alta que a banda de pleno emprego.

Segundo a mais recente Pnad Contínua, o desemprego era de 13,2% no trimestre encerrado em agosto de 2020. Ela aponta, ainda, que 31,1 milhões de pessoas estavam subutilizadas e 73,4 milhões estavam fora da força de trabalho.

"Para voltarmos ao pleno emprego em 2026, o **PIB** [Produto Interno Bruto] teria de crescer a 2,2% de 2022 em diante, na média. Mas já sabemos que o Brasil não vai crescer nem perto disso no ano que vem, e as expectativas se reduzem a cada semana, por conta do aperto de juros, dólar alto, ruído político e

a incerteza em relação à próxima eleição", diz Borges.

A década perdida do mercado de trabalho, portanto, pode se prolongar.

Ele ressalta que, embora o desemprego entre 8% e 10% possa parecer alto, é preciso considerar que países com regras trabalhistas menos flexíveis tendem a atingir o ponto de equilíbrio a partir de um patamar maior.

Neste caso, o nível de emprego pleno em países como o Brasil tende a ser mais alto do que em outros com um mercado de trabalho mais flexível e menos mecanismos de proteção ao trabalhador, como os Estados Unidos. Lá, esse ponto estaria entre 3,5% e 4,5%.

Borges explica que, quando os salários reais crescem acima da produtividade, isso gera uma pressão inflacionária e de "hiperemprego" -como a que ocorreu até o começo de 2015.

No cenário oposto, quando os salários reais crescem abaixo da produtividade da economia, o trabalhador perde poder de barganha para cobrar salários justos, algo mais próximo do momento atual.

As estimativas do Latin Focus também apontam que a população brasileira deve subir de 213 milhões para 219 milhões nos próximos cinco anos, e que a dívida pública - fator que inibe investimentos e aumenta o risco- fique em 85,1% do **PIB** em 2026.

Com nove desempregados na família, Beatriz Ferreira, 19, começou a trabalhar mais cedo do que planejava. "Passei a vender panos de prato quando ainda estava na escola, para ajudar a minha mãe." Aos 25 anos, Alexandre Soares ganha a vida, entre um bico e outro, tocando violino em estações de trem e metrô em São Paulo, enquanto busca um trabalho fixo na construção civil.

Ambos ajudam a compor uma realidade em que a geração que chegou ao mercado de trabalho nos últimos cinco anos já largou em desvantagem.

Borges afirma que o Brasil ter uma década inteira de desemprego alto não é aceitável. "Dez anos com uma economia abaixo do pleno emprego leva ao aumento

do empobrecimento e da precarização, o que vem ocorrendo desde antes da pandemia." Ele ressalta que quando o mercado de trabalho fica tanto tempo em desequilíbrio, a tendência é que se comece a forçar para cima o limite do pleno emprego, e o país se acostume a conviver com desemprego cada vez mais alto.

"Com o tempo, a gente vê os mais qualificados fugindo do país, pela falta de oportunidades melhores; na base, parte do capital humano também é prejudicada pela falta de experiência no mercado de trabalho." Infelizmente, a volta ao pleno emprego ainda está distante, diz o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

"Não só o quadro é dramático do ponto de vista do desemprego e da precarização, mas a economia não tem musculatura para sair dessa crise desde 2015, com uma dinâmica muito abaixo do potencial. A pandemia só serviu para agravar esse contexto regressivo." O professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) João Sabóia concorda que a volta de um crescimento econômico sustentado será o fator decisivo para a recuperação do mercado de trabalho nos próximos anos. Este ano, a volta do emprego se dá com o mercado formal em um ritmo de geração de vagas abaixo do necessário para reverter os efeitos da pandemia, resume Sabóia.

"O brasileiro está voltando a conseguir trabalhar, mas sem recuperar o que foi perdido no ano passado. O crescimento se dá a partir de uma base muito fraca e já se fala em recessão para 2022. É muito difícil esperar uma recuperação do trabalho além do medíocre." O professor da UnB (Universidade de Brasília) Carlos Alberto Ramos reforça que mesmo os últimos anos de crescimento econômico foram de desempenho baixo, o que adia a recuperação do emprego.

"O modelo de crescimento da década passada se esgotou em 2013, mas com a pandemia, além dos problemas anteriores, o nosso mercado de trabalho ainda vai sofrer por novos choques tecnológicos."

Os analistas lembram que os próximos anos vão exigir uma maior qualificação e mais investimentos em tecnologia, e que a entrada do Brasil na economia internacional depende de uma estratégia de aumento de produtividade com políticas direcionadas.

Segundo Borges, o caminho para o retomo a um mercado de trabalho aquecido no pós-Covid-19 passa por aproveitar as oportunidades que surgem com a transição energética que o mundo planeja e o investimento em capital humano para os novos

empregos que irão surgir com a chama -da economia verde.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49731&anchor=6445391&pd=79320d046a7e455fd66f5c48fc83a620>

Diferença entre inflação dos mais pobres e dos mais ricos só deve cair em 2022, diz Ipea

Leonardo Vieceli

A diferença entre a inflação dos mais pobres e a dos mais ricos deve ser encurtada apenas em 2022. É o que indica uma nova projeção do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Na pandemia, as famílias com menos recursos sentiram um avanço mais forte dos preços, com a pressão de itens básicos, incluindo alimentos, energia elétrica e gás de botijão.

No acumulado de 12 meses, até outubro, a inflação para a faixa de renda considerada muito baixa disparou 11,39%.

É a variação mais acentuada entre as seis camadas da população analisadas pelo instituto. A faixa de renda muito baixa reúne as famílias com rendimento domiciliar inferior a R\$ 1.808,79 por mês.

Na outra ponta, estão as famílias com renda superior a R\$ 17.764,49. Até outubro, elas acumularam inflação menor em 12 meses, de 9,32%.

O Ipea esperava que essa distância ficasse menor neste final do ano, devido a fatores como a desaceleração dos preços dos alimentos. As despesas com comida, em termos proporcionais, pesam mais no bolso dos mais pobres do que no orçamento dos mais ricos.

Essa desaceleração, contudo, ficou aquém da esperada, explica Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

Segundo ela, itens como ovos e aves ainda exercem grande pressão sobre a inflação, bem como tomate e batata, prejudicados pelo clima adverso em parte do país. Além disso, o bolso dos mais pobres seguiu impactado pelas despesas com o gás de botijão.

Como o orçamento dos mais pobres é bem mais restrito, o dinheiro é direcionado especialmente a despesas básicas para a sobrevivência. O consumo dos mais ricos costuma ir além e envolve ainda serviços diversos. Com o avanço da vacinação, a demanda mais aquecida por serviços tende a pressionar a inflação para os mais ricos nos próximos meses, aponta Maria Andreia.

Ela espera essa convergência para o ano que vem,

com desaceleração tanto para os mais pobres quanto para os mais ricos. A desaceleração para os mais pobres tende a ser mais intensa, porque as projeções de safra estão boas.

"A inflação dos mais ricos também desacelera [em 2022], mas, por conta da pressão de bens industriais e serviços, não vai desacelerar tanto." A escalada da inflação preocupa economistas no país, sobretudo porque as camadas mais pobres da população têm menos condições financeiras para lidar com a carestia de itens básicos.

Durante a pandemia, o avanço dos preços e as dificuldades no mercado de trabalho espalharam cenas de pessoas em busca de doações e até de restos de comida no Brasil.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49731&anchor=6445391&pd=79320d046a7e455fd66f5c48fc83a620>

O paradoxo dos juros no Brasil (Artigo)

Antonio Corrêa de Lacerda

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu, na sua reunião passada, acelerar o ritmo de aumento da taxa Selic para 1,5 ponto. Agora em 7,75% e com nova perspectiva de elevação da mesma dimensão em dezembro, a taxa se aproxima rapidamente dos dois dígitos, antiga saga brasileira.

A questão da taxa de juros básica no Brasil representa um expressivo paradoxo, especialmente em face da situação em curso: diante da prevalência do regime de metas de **inflação** e da inoperância de outros instrumentos de combate à **inflação**, o aumento da Selic se torna uma aparente alternativa única, com custos econômicos e sociais dramáticos.

A pressão inflacionária recente tem "nome e endereço".

O aumento das cotações das matérias-primas, especialmente petróleo e grãos (commodities), no mercado internacional, associado à desvalorização do real, tem pressionado os preços domésticos dos combustíveis, do gás de cozinha e da alimentação, entre outros.

Fatores específicos do nosso mercado, que vão muito além da sempre apontada questão fiscal, também são relevantes: a política de paridade internacional dos preços praticada pela Petrobras, as estruturas de mercado em vários setores oligopolizados e a indexação são alguns deles.

A contradição presente é que a elevação de juros não vai resolver o problema atual da **inflação** brasileira, embora produza vários efeitos colaterais adversos. A questão-chave é que a atual pressão inflacionária se caracteriza nitidamente num choque de oferta, e não de excesso de demanda.

Juro alto é um mecanismo clássico de combate às elevações de preço decorrentes de pressão de demanda, o que não é o nosso caso. Nossa situação é exatamente inversa.

Há claros sinais de estagflação: **inflação** em alta, retração industrial crônica, elevada ociosidade da capacidade produtiva, desemprego expressivo e queda na renda.

O aumento dos juros não é neutro, mas provoca efeitos deletérios, no encarecimento do crédito e do

financiamento privados e na elevação do custo de rolagem da dívida pública.

Isso aprofundará a queda de demanda, afetando negativamente os demais aspectos, com a agravante de que dificultará a situação fiscal do País, assim como das famílias e empresas endividadas. Também favorece as aplicações financeiras, em detrimento do investimento produtivo, o contrário do que precisamos.

Antonio Corrêa de Lacerda Presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), professor-doutor do Programa de Pósgraduação em Economia Política da PUC-SP, é autor de "O Mito da Austeridade" (Contracorrente).

E-mail: contato@aclacerda.com

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro quer dar reajuste a policiais em ano eleitoral

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) estuda conceder um reajuste salarial a policiais, que compõem parte do seu eleitorado, no ano em que buscará se reeleger. Para isso, espera contar com o espaço no Orçamento aberto pela proposta de emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que dribla o teto de gastos. O governo ainda avalia quais carreiras seriam contempladas, mas ao menos três estariam já na lista, a pedido do chefe do Executivo: policiais federais, policiais rodoviários federais e policiais penais.

O presidente comentou em Dubai, nesta segunda-feira (15), a possibilidade de atender demandas de servidores. "Daí dá para a gente atender (com a PEC dos Precatórios) os mais necessitados, dá para atender a questão orçamentária, pensamos até em obviamente, dado o espaço que está sobrando, atender em parte os servidores", disse, em entrevista à imprensa concedida durante participação na Expo 2020, que ocorre no emirado do Golfo Pérsico.

Ainda que esteja num estágio inicial, auxiliares do presidente acreditam que o custo fique abaixo de R\$ 2 bilhões. Mas o impacto e a porcentagem do reajuste dependem de uma decisão do presidente.

O cálculo de auxiliares palacianos e da equipe econômica leva em conta que boa parte do espaço no Orçamento com a PEC dos Precatórios já está tomada. A proposta permite ao governo gastar R\$ 91,6 bilhões em 2022 sem a necessidade de cortar outras despesas. Dessa forma, caberá ao presidente decidir quanto e de onde vai querer tirar recursos no ano que vem. Na semana passada, ele também anunciou que pretende renovar a desoneração da folha de pagamento de 17 setores por mais dois anos.

O prazo para decidir sobre o reajuste dos policiais depende do andamento da proposta no Congresso. E as alterações na proposta de Orçamento de 2022 devem ser encaminhadas junto com outras mudanças para deputados e senadores aprovarem. O Ministério da Economia estuda há pelo menos três meses a possibilidade de um aumento para servidores, que estão com salários congelados desde o começo do governo.

Impacto fiscal

O impacto fiscal decorrente de uma medida do tipo era estimado entre R\$ 5 bilhões e R\$ 15 bilhões no começo das discussões, de acordo com interlocutores da equipe econômica ouvidos pela reportagem. Desde o começo, no entanto, a equipe econômica manifestava a existência de dificuldades para um aumento maior e dizia que os valores para o aumento poderiam ficar abaixo de R\$ 5 bilhões.

Segundo relatos, foi constatado que não haveria espaço para valores muito altos. Cálculos a que auxiliares palacianos tiveram acesso mostrariam que um reajuste baixo, de cerca de 1%, para todas as carreiras do funcionalismo, custaria cerca de R\$ 3 bilhões.

No entendimento deles, conceder reajuste muito abaixo da **inflação** teria um impacto político mais negativo do que positivo. Assim, a ideia é contemplar carreiras menos numerosas. Ainda há possibilidade de outras também receberem o reajuste em estudo. O próprio presidente teria solicitado prioridade para as carreiras policiais. Nos últimos anos, elas têm se queixado de terem sido deixadas de lado por Bolsonaro, ao contrário das carreiras militares.

Em mais um aceno a eles, em setembro, o governo lançou o programa de habitação para policiais. Elaborado pelo Ministério da Justiça, o Habite Seguro contou com R\$ 100 milhões disponíveis em 2021, contemplando policiais que recebem até R\$ 7.000 por mês. Bolsonaro também autorizou apenas concurso público para a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, neste ano, com três mil vagas.

Déficit

O drible no teto de gastos incluído na PEC dos Precatórios eleva o déficit nas contas públicas e o endividamento do país. O Brasil está no vermelho desde 2014, sua dívida passa de R\$ 5,4 trilhões e os custos com juros são pagos pela sociedade.

Apesar de dizer que a PEC vai permitir o aumento dos valores do Auxílio Brasil, o texto não diz para onde os recursos deverão ir. A oposição diz que a medida representa um cheque em branco em recursos públicos para Bolsonaro gastar. Governo e aliados têm interesse em outras despesas, como um auxílio para caminhoneiros e até recursos para emendas

parlamentares.

No caso dos servidores, a sinalização é feita após o governo não conseguir fazer avançar sua proposta de reforma administrativa. Bolsonaro já disse que, caso ela não seja aprovada neste ano, ficará para o presidente escolhido nas próximas eleições.

O presidente voltou a dizer que a emenda dos precatórios não representa um estouro do teto, como afirma a maioria dos economistas. Na versão bolsonarista, ela foi feita para respeitar e disciplinar o limite de gastos. "Tínhamos previsto pagar em torno de R\$ 30 bilhões (de precatórios) no ano que vem, passou para quase R\$ 90[BILHÕES]. Essa diferença tem que entrar no teto. Se entrar no teto, a gente para o Brasil. E nós não queremos romper o teto", afirmou.

Parte da comitiva do presidente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, pintou um cenário positivo para as contas públicas do Brasil, dizendo que ajudam a manter um nível de crescimento robusto. Ele disse que o Brasil, neste ano, deve atingir a marca de meio trilhão de dólares de corrente de comércio, que é a soma entre as exportações e as importações. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/16-novembro-2021/1o-caderno>

Câmara vota desoneração da folha de pagamento

Como tramita em caráter conclusivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, texto seguirá para o Senado se for aprovado

Brasília - Com a recente aprovação da PEC dos Precatórios na Câmara, os parlamentares voltam a discutir o projeto de lei que prorroga até 31 de dezembro de 2026 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. O texto entrou na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Casa e será avaliado amanhã. Como tramita em caráter conclusivo na Comissão, segue diretamente para o Senado se for aprovado no cole-giado, sem necessidade de apreciação no plenário.

O texto chegou à Comissão em setembro deste ano, mas ainda não tinha votação agendada porque o governo federal condicionava a análise à aprovação da PEC dos Precatórios sob argumento de necessidade de mais espaço no Orçamento dos próximos anos para manter a isenção fiscal. Relator do texto na CCJC, o deputado Marcelo Freitas (PSL-MG) já apresentou parecer favorável ao texto. Segundo ele, "as mudanças propostas levam à alteração na estrutura de custos das empresas, o que certamente irá impactar nos preços das mercadorias e serviços, ajudando a arrefecer a **inflação**". A desoneração da folha de pagamento possibilita ao contribuinte substituir a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários pela incidência sobre a receita bruta. Em vez de pagar 20% sobre a folha, o tributo pode ser calculado aplicando-se um percentual sobre a receita bruta da empresa, variando de 1% a 4,5%, conforme o setor. A medida beneficia segmentos como indústria de couro e calçados, têxtil, aves, suínos e derivados, e ainda áreas como serviços de TI, call center, hotéis, transportes e construção.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10157>

Ministro diz que país acelera economia, apesar dos dados

UOL/FOLHAPRESS

Contrariando dados e projeções do mercado financeiro e de entidades como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta segunda-feira (15) a empresários em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, que o Brasil cresce "acima da média mundial", e atribuiu o suposto bom desempenho ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

"O Brasil foi uma das economias que menos caíram, voltaram mais rápido, criaram mais empregos, e estamos crescendo, também, acima da média mundial", afirmou Guedes na abertura do Fórum Invest in Brasil, evento que é parte da viagem oficial do presidente ao Oriente Médio. Ainda segundo o ministro, o Brasil teve um bom desempenho econômico na pandemia. O **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro caiu 4,1% em 2020, a pior queda em 24 anos. A queda foi menor do que a de países como México (-8,3%), Índia (-6,8%) e Colômbia (-6,8%), mas maior que a de outros, como Estados Unidos (-3,5%) e Coreia do Sul (-1%).

Em 2021, porém, as projeções para a economia foram piorando ao longo do tempo, com a aceleração da **inflação**, que já passa de 10% em 12 meses, os aumentos dos juros, os números altos de desemprego (13,2%) e o temor de descontrole das contas públicas, com o governo patrocinando projetos que acarretam em calote de dívidas e furo no teto de gastos. No discurso, Guedes afirmou que o Brasil "está crescendo 5,5% este ano".

A previsão de economistas ouvidos pelo Banco Central é que a economia brasileira cresça 4,93% em 2021. O FMI prevê crescimento de 5,2%, abaixo da estimativa para o crescimento global, de 5,9%, e para a América Latina e o Caribe, de 6,3%.

Site: <https://dol.com.br/digital/Page?editionId=1930>

Veja dicas para esticar o pagamento do 13º

Ana Clara Veloso ana.veloso@extra.inf.br

A primeira parcela do 13Q salário deve ser paga até o próximo dia 30. Em geral, ela é a metade do último salário recebido, em novembro. O valor é pago aos trabalhadores com carteira assinada, inclusive empregados domésticos, aposentados e pensionistas - mesmo com adiantamento. Cerca de 83 milhões de brasileiros serão beneficiados com um rendimento adicional médio de R\$ 2.539, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sodoeco-nômicos (Dieese). Quem teve redução de jornada e desconto no salário este ano, de acordo com a medida do governo federal para conter o desemprego na pandemia, não terá mudanças no cálculo. Já quem teve o contrato suspenso não recebe o abono integral.

Neste caso, será preciso descontar os meses não trabalhados. Para entrar na conta, cada mês deve ter mais de 15 dias trabalhados (veja simulação abaixo). Para Reinaldo Domingos, presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin), é preciso considerar as despesas previstas para o início de 2022, além de olhar para a vida financeira e usar essa renda extra de forma consciente. Se estiver com as contas no vermelho, o trabalhador deve analisar os juros e prazos e tentar renegociar os valores das dívidas, rever as taxas e as condições de pagamento. Além disso, a chegada do 13Q coincide com o aumento de gastos de final de ano, como ceia de Natal. As contas serão mais desafiadoras por causa da alta da **inflação**.

COMO USAR

COMPRAS

O 13º pode ser usado para fazer compras de final de ano, mas isso deve ser planejado para evitar excessos.

DÍVIDAS

Antes de sair pagando as dívidas, analise todas elas, saiba o total dos juros, os prazos. Reúna todas as informações possíveis. A partir daí, tente renegociar esses valores com o credor.

POUPAR E INVESTIR

Há pessoas que não devem, mas também não poupam. É um risco pois um descontrole pode levar ao

endividamento. O ideal é ter uma reserva.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

As armadilhas e oportunidades da Black Friday (Artigo)

EDUARDOTRAPP SANTAROSSA

Poucos resistem a uma promoção. É a chance de adquirir o sonhado carro novo, uma televisão mais moderna, trocar de celular, de sofá, ter uma cozinha nova, aquela peça do vestuário que estava faltando e até mesmo antecipar as compras natalinas. O Black Friday vem aí e o que antes era apenas mais uma invenção estrangeira tornou-se tradicional para o varejo e os consumidores brasileiros.

A data chega em 2021 diante de um cenário desafiador para a economia. Embora a vacinação tenha se acelerado, permitindo a consolidação de um processo de reabertura e retomada econômica, o ambiente é de incertezas. **Inflação** mais alta e rápida elevação das taxas de juros ampliam as desconfiçasas em um ambiente econômico de dificuldades estruturais e conturbado pelo contexto político e fiscal do país.

Nesse sentido, o desafio para o varejo engloba publicidade, logística, estoques, formação de preços e margens de lucro, tendo em vista ainda a crescente importância das vendas online. O consumidor, por sua vez, preocupado com as oportunidades de preços para atenuar os efeitos da **inflação**, descontos progressivos e condições mais vantajosas como parcelamentos e frete grátis, precisa estar atento às armadilhas que essa data pode oferecer.

O primeiro passo é lembrar da regra de ouro de nunca gastar mais do que se recebe. Planejar gastos e recorrer a um orçamento pessoal e familiar é sempre uma boa ideia, bem como pensar bem antes de realizar a compra e avaliar se o que se está comprando realmente é vantajoso. Ainda, analisar preços e avaliar se vai pagar por dois produtos e levar apenas um que interessa, ou ainda comprar um produto que teve o preço elevado antes do desconto, a famosa metade do dobro.

Além de evitar a impulsividade e os gastos desnecessários, é preciso equilibrar as contas para evitar dívidas e até mesmo lidar com imprevistos pessoais e familiares. Além disso, preparar-se para o período de Natal e ano novo onde geralmente os gastos são mais elevados. O excesso de parcelamentos pode comprometer o orçamento, e recorrer a mais empréstimos pode ser um problema. As

vendas online adicionam mais elementos de preocupação. O consumidor precisa estar atento a mensagens e sites fraudulentos, buscar estar informado sobre a reputação do comércio, assim como políticas de devolução de mercadorias e reembolsos.

Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/ultimas-noticias/>